

Do Auge à Decadência: Um Estudo dos Impactos Socioeconômicos da Falência da Usina Laginha para União dos Palmares-AL

Edivaldo Lima da Silva¹
Aricles José da Silva¹
Claudionor de Oliveira Silva¹

¹ Universidade Estadual de Alagoas –UNEAL- Campus Universitário Zumbi dos Palmares - Camuzp, Rua Santa Maria Madalena, 222 - centro, União dos Palmares – AL, CEP 57800-000

edivaldo.geografia@gmail.com, ariclesda@bol.com.br,
geografia.gestao@hotmail.com

Abstract

The production of sugar cane in Brazil has been made for a long period and its brands are present in several Brazilian states and in northeastern Brazil. These traits are very evident, because where monoculture has left a legacy for future generations with few positive points. The aim of this study is to analyze the socio-economic effects that occurred with the failure of this plant for the city União dos Palmares. The methodology set out the specific literature in the basement area of the object of study and field research, complication questionnaires and interviews with former workers of the plant Laginha and merchants of the city. It is noticed, the chaotic situation that is the Palmares trade, after closing the plant; because all revolved actions around the capital generated by it, and it was also discovered that the former workers still survive the sugarcane, because most migrated in search of other sugarcane fields to work and trade as a way of keep alive had to reduce the contingent of employees.

Keywords: social economic impacts, bankruptcy, sugar cane; Usina Laginha.

1. Introdução

As usinas de cana-de-açúcar têm papel fundamental na formação econômica, social e política dos municípios alagoanos, em especial aos da Zona da Mata Alagoana, destacando-se o município de União dos Palmares que é o recorte espacial a ser estudado nesse trabalho, em virtude da metamorfose do cenário econômico e social do município após a falência da Usina Laginha.

A priori é necessário entender que todo o Brasil tem forte ligação com a monocultura da cana, principalmente o nordeste brasileiro, onde foi instalada a capitania de Pernambuco (se estendia do Rio São Francisco até o Rio Igarapu, no atual município de Parnaíba, ao norte do estado do Piauí). Nessa região, a Zona da Mata alagoana está inserida. Neste trabalho será mostrado como foi o processo que levou o município de União dos Palmares a ser quase que totalmente dependente economicamente da Usina Laginha e como esta dependência tem relação com os indicadores socioeconômicos da região.

A categoria de análise geográfica a ser abordada neste trabalho é território usado, preponderantemente devido às ações passadas e presentes inseridas na concretização das ações humanas, como ressalta Santos e Silveira (2010), fazendo com que seja possível compreender as variantes existentes na constituição do recorte espacial analisado decorrentes com a falência da Usina Laginha.

O trabalho em questão tem o tema: Do Auge à decadência: um estudo dos impactos socioeconômicos da falência da Usina Laginha para União dos Palmares-AL, tendo como objetivo geral analisar os efeitos socioeconômicos ocorridos com a falência da Usina Laginha em União dos Palmares, mais especificamente, também fazer uma análise da situação do comércio de palmarino após a falência da usina; mostrar a atual situação dos ex-trabalhadores da usina após o fechamento da mesma e verificar as alternativas encontradas pelo comércio e ex-trabalhadores para superar esta crise.

A partir de observações feitas cotidianamente nas ruas da cidade, foi surgindo algumas indagações à cerca de algumas mudanças ocorridas após a falência da Usina Laginha; logo, uma delas é o porquê de tantas casas e pontos comerciais com placas tanto de venda como de aluguel em toda malha urbana. Observando as indagações citadas anteriormente, surge prontamente o problema a ser discutido: Como os trabalhadores rurais e o comércio do município se comportam com a falência da Usina Laginha?

A hipótese defendida sobre os impactos causados com a falência inesperada da Usina Laginha é obviamente do desemprego, mais também acredita-se que possa ter havido fluxo migratório, em virtude de se entender que esta é uma rota de fuga para os trabalhadores rurais que perderam seus empregos.

O ponto crucial deste trabalho é mostrar quais efeitos foram sentidos com a falência do grupo João Lyra no ano de 2012, fazendo com que a Usina Laginha parasse de moer e tirassem o emprego de mais de quatro mil trabalhadores, tanto do campo, quanto da parte administrativa, o qual, quando comparado com a população palmarina, chega próximo a marca de quase 7% da população que tinha empregos diretos e, isso, sem contar os mais de 10 mil com empregos indiretos.

Os resultados da pesquisa vieram responder aos nossos objetivos quando, de fato, estivemos em lócus, buscando compreender a real situação da comunidade palmarina, tanto dos trabalhadores rurais da Usina Laginha quanto dos comerciantes da malha urbana da cidade, ambos sofreram e continuam sofrendo drasticamente com a realidade atual, sem qualquer perspectiva de crescimento pessoal.

1.1 As usinas do Estado de Alagoas

Antes de se falar das usinas do estado de Alagoas é necessário que se relate sobre a origem das usinas, que foram os engenhos, e em especial para a seguinte Lei, que visava modernizar toda a produção de açúcar em Alagoas, que iria aumentar substancialmente o lucro dos proprietários dos engenhos, Lima (2014, p.47):

Uma Lei Provincial de 3 de maio de 1875 autorizava tais empreendimentos nas zonas das comarcas de Maceió, Atalaia, Marechal Deodoro, Camaragibe, Pilar e Porto Calvo. A antiga província alagoana foi dividida em três zonas agrícolas, sendo a primeira a região mais canavieira do Estado e onde se localizavam os maiores engenhos banguês da época, a qual era banhada pelos rios Santo Antônio Grande, Manguaba e Camaragibe e envolvia os municípios de Passo de Camaragibe e Porto Calvo. A segunda zona era composta pelos municípios de Atalaia, Santa Luzia do Norte, Pilar, Assembleia (atual Viçosa) e Imperatriz (União dos Palmares). Estes Municípios eram grandes produtores de cana, sendo banhados pelos rios Mundaú e Paraíba. A terceira zona contava com os municípios de Coruripe, São Miguel dos Campos, Palmeiras dos Índios e penedo, sendo banhada pelos rios São Miguel e São Francisco.

Ainda segundo Lima (2014), essa lei que visava modernizar os engenhos, transformando-os em engenhos centrais, não obteve resultados, pois nenhum candidato apareceu com intuito de receber essa ajuda do governo. Apenas no ano de 1879, após mais dois editais do governo, foi que apareceu um único candidato que tinha como objetivo a fundação de três engenhos, porém nada saiu do papel, sendo essa tentativa apenas mais uma na história da produção de cana em Alagoas.

A ideia foi muito importante na história do estado, pois a partir dela que se teve o objetivo de modernização da produção, visando mais lucros, embora o conceito de engenho central nunca foi posta em prática literalmente em Alagoas, assim como afirma Sant'Ana (2011, p.336) "Todas elas, contudo, caducaram na execução. O engenho central foi, por isso, uma experiência que não chegou a ser concretizada em Alagoas".

A construção de usinas no estado de Alagoas teve início no século XIX. No início do século XX possuía um número bem relevante, contabilizando 71 no ano de 1930. A primeira usina de Alagoas foi montada no de 1892, usina chamada Brasileiro, que era de propriedade de um industrial francês, Felix Wandesmet, Lima (2014). Essa usina foi um marco para a produção de açúcar em terras alagoanas, pois a ideia de engenho começava a ser ultrapassada e a produção tenderia a aumentar, pois os objetos técnicos potencializaram a produção açucareira em toda a região. Em 1930, Alagoas contava com mais de 25 usinas. Observou-se uma grande evolução da quantidade de usinas neste estado dentro desse recorte temporal, pois se teve um crescimento de 316,67% na quantidade de usinas, fazendo com que o estado se tornasse um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do país no século XX, Lima (2014).

Nesse período foram criadas várias usinas em Alagoas que permanecem até hoje em atividade é o que Lima (2014, p.49) relata:

As usinas implantadas em Alagoas, neste período, foram localizadas principalmente na microrregião do litoral Norte Alagoano, em especial, nos municípios de São Luiz do Quitunde, Matriz do Camaragibe e Porto Calvo, e na microrregião da Mata Alagoana, nos municípios de Murici, Atalaia, São José da Laje e União dos Palmares. Na microrregião dos Tabuleiros de São Miguel dos Campos. Da mesma forma, na microrregião de Santa Luzia do Norte.

Algumas usinas criadas nesse período até deixaram de produzir açúcar, mas quase em todos os exemplos na cidade onde ficava localizada a antiga usina, hoje existe uma grande usina, que continua ou continuou durante muitos anos moendo cana, como a usina Capricho no município de Cajueiro, usina Central Leão em Rio Largo, Sinumbú em Jequiá da Praia, usina Serra Grande em São José da Laje.

Essas usinas deixaram o estado de alagoas entre os maiores produtores de cana do Brasil, tornando essa região famosa por essa produção. A criação dessas usinas se deu pelos antigos proprietários de engenhos e comerciantes ligados ao comércio de cana no estado. As usinas que não chegaram aos tempos atuais com produção de cana, faliram devido as sucessivas crises econômicas passadas pelo Brasil nesse período, Lima (2014).

Já entre os anos 20 e 50 do século XX, a quantidade de usinas no estado de Alagoas aumentou de forma rápida e consistente devido, principalmente, a estrutura já usada pelas mais antigas para o escoamento da produção e a utilização das estradas de ferro, que cortavam todo o estado, logo Lima (2014, p.52) acentua:

Além do investimento na melhoria da produtividade agrícola e industrial, ampliou a área de fornecimento de matéria-prima, incorporando engenhos banguês e pequenas usinas. Suas propriedades fundiárias chegavam a uma distância de 30 quilômetros da fábrica, o que obrigava a utilização de vias férreas para o transporte de suas canas, além de desencadear uma grava

disputa por essas canas com as usinas localizadas em outros municípios, como Murici, Capela e União dos Palmares.

Sendo assim, a quantidade de usinas aumentou de acordo com a necessidade de exportação do país e em Alagoas não foi diferente. Algumas usinas que estavam instaladas entre os anos de 1890 e 1920 deixaram de existir ou se incorporaram as que tinham maior influência e condições econômicas e estavam próximas, como exemplo a cidade de São José da Laje que possuía dois engenhos no início do século XX e, após alguns anos, as terras do engenho Apolinário foram incorporadas às da usina maior que é a Usina Serra Grande, causando assim um fortalecimento da usina sobre a região.

A zona da mata alagoana merece destaque no requisito da cana-de-açúcar no estado, pois foi nessa região que a monocultura se deu de forma quase de fonte única de renda da população, desde o início da colonização da região. Hoje, nessa microrregião, se localiza as usinas Serra Grande (São José da Laje) e Usina Laginha (União dos Palmares).

Atualmente o estado de Alagoas ainda tem sua economia e suas terras, em sua maioria, voltadas para o plantio desse Doce Verde Amargo, Vieira (2011). É necessário também perceber que essa cultura ganhou muita força, principalmente na região leste do estado. Nessa região predominam os traços deixados pela monocultura no Brasil, pois ela modifica tudo ao seu redor, sugando tudo que a região tem a oferecer em prol do desenvolvimento da cultura do açúcar, e ela faz as mudanças que achar necessárias como Diégues Junior (2012, p.11-12) aponta: “Mais do que geografia e a sociologia do açúcar, organizadas a partir dos canaviais do Nordeste no Litoral açucareiro e na Zona da Mata, principalmente em Pernambuco, estruturou-se um modelo que impactou toda a vida da região”. Freyre (2004, p.86), esboça seus escritos sobre o sistema latifundiário em geral relatando:

O sistema de latifúndio moderno é o da usina: Sua ânsia, de “emendar” os campos de plantação da cana, uns com os outros, formando um só campo, formando cada usina um império. [...] O espírito do senhor latifundiário que procura dominar imperialmente zonas maciças, espaços continuados, terras que nunca falem para o sacrifício da terra, das águas, dos animais e das pessoas ao açúcar.

Assim, o latifúndio completa suas ações em juntar terras ao seu redor em prol da usina que sempre visa essa ação para possuir tanto um poder político quanto financeiro que tende a crescer cada vez mais na região onde ele está concentrado, formando, desta forma, uma estrutura que agrega praticamente os recursos encontrados ao entorno.

2. Metodologia de trabalho

2.1 Tipo de pesquisa

Este trabalho constitui-se de alguns tipos de pesquisa que foram indispensáveis para a construção do mesmo, tendo como fontes norteadoras a pesquisa exploratória que objetiva a análise da (s) hipótese (s) visando a construção empírica do problema. Houve a utilização da pesquisa quantitativa proporcionando o uso de catalogação de dados para conseguir apresentar uma maior fidedignidade dos resultados apresentados e também a pesquisa qualitativa, que pressupõe o estudo do comportamento humano nas suas manifestações perante um problema, logo Severino (2007, p.119), diz:

Quando se fala de pesquisa quantitativa ou qualitativa, e mesmo quando se fala em metodologia quantitativa ou qualitativa, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia em particular. [...] cabe referir-se a conjuntos de

metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas.

Teve-se também alguns levantamentos bibliográficos a partir de livros, artigos de revistas científicas e outros materiais de websites, pesquisa documentais e, principalmente, a pesquisa de campo, esta que certamente trouxe as respostas concretas aos nossos objetivos.

2.2 Pesquisa documental

A análise de pesquisa documental pode e deve ser realizada sempre com utilização de dados oficiais, para que esta tenha uma veracidade comprovada. Neste trabalho, foram analisados dados como: documentos do Governo do estado de Alagoas e da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), levantamento documental dos arquivos do museu Maria Mariá e da usina Laginha e também recortes de Jornais. Logo Gil (2010, p.31.), classifica as pesquisas documentais desta forma:

Dentre os mais utilizados nas pesquisas estão: 1. Documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações; 2. Documentos pessoais, como cartas e diários; 3. Material elaborado para fins de divulgação, como folders, catálogos e convites; 4. Documentos jurídicos, como certidões, escrituras, testamentos e inventários; 5. Documentos iconográficos, como fotografias, quadros e imagens; e 6. Registos estatísticos.

2.3 Pesquisa de campo

Sendo esta uma das principais vertentes deste trabalho, a pesquisa de campo se deu a partir de análises do ambiente pesquisado, seus elementos e principalmente informações colhidas com os atores sociais, comprovando a autenticidade dos dados sólidos que surgiram nas adversidades investigadas, com o objetivo de conseguir conhecimentos para qual se procura uma resposta, Lakatos (2010). Tratando-se da fonte da pesquisa de campo, Severino (2007, p. 122) diz:

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

Na pesquisa de campo assim como afirma Severino ocorre boa parte da coleta de informações, foi o que ocorreu na cidade de União dos Palmares, no perímetro urbano, na zona rural, na área da Usina Laginha, cujo povoado é conhecido como Casas Novas/ Vila gerência. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: entrevistas, aplicação de questionários e registros fotográficos.

2.4 Local da pesquisa

Optou-se para a realização deste trabalho o município de União dos Palmares e sua economia que foi durante mais de um século formada em sua maioria pela monocultura da cana-de-açúcar, que fez com que o município se tornasse unicamente dependente desta cultura.

No perímetro urbano foram visitados os seguintes bairros: Roberto Correia de Araújo (Figura 1a), Conjunto Nova Esperança (Figura 1b), Conjunto Newton Pereira Gonçalves (Figura 1c), Conjunto Padre Donald (Figura 1d), todos os bairros pesquisados contribuíram de forma ímpar a confecção deste trabalho.



Figura 1a, 1b, 1c, 1d: Bairros visitados

Fonte: A voz do Robertão, 2015

Já na área rural, a pesquisa foi realizada no povoado conhecido como Casas Novas no território pertencente à Usina Laginha, local este onde certamente trouxe grande contribuição à pesquisa; pois foi ali onde houve os impactos mais evidentes sentidos na pele pelos entrevistados, já que todos os que habitam naquele lugar possuíam ligação direta com a usina (Figura 2).



Figura 2: Povoado Casas Novas (Usina Laginha)

Fonte: Dos autores

Esta localidade veio revelar a este trabalho os maiores problemas sentidos pelos ex-trabalhadores da Usina Laginha, já que era ali onde se concentrava boa parte dos trabalhadores que ficaram sem seus empregos e sem nenhuma perspectiva de melhoria em suas vidas.

3. Resultados e discussão

3.1 A situação do Comércio de União dos Palmares após a Falência da Usina

A cidade de União dos Palmares possui a Usina Laginha desde o ano de 1934. Quando Salvador Pereira Lyra a comprou em 1953, ela se tornou muito importante na região da zona da mata alagoana, pois a economia alagoana assim como a palmarina dependia quase que exclusivamente da grande cultura assim como destaca Silva (2013.p 47):

O estado de Alagoas tem uma economia subdesenvolvida que depende de setores tradicionais como a produção de açúcar e a pecuária. Na produção agrícola destacam-se as seguintes culturas: Cana-de-açúcar (um dos maiores produtores do país), coco, feijão, fumo, mandioca.

Assim, todas as usinas do estado têm papel ímpar na economia das cidades e, em União dos Palmares, não é diferente; porém, no ano de 2013, com a determinação pelo poder judiciário através do decreto de número 0801716-63.2013.8.02.0900 de todos os bens do então deputado federal João Lyra como massa falida, a cidade tão conhecida como terra da liberdade se viu em um momento de crise financeira como nunca tivera passado com a falência da Usina Laginha. Observou-se que, a cidade entrou em crise sem precedentes após o fechamento da usina, pois nenhum trabalhador ou comerciante local estava preparado para essa mudança repentina do padrão econômico, assim como pode ser constatado em pesquisa realizada com comerciantes formais e informais da cidade, onde todos afirmaram que após o fechamento da usina sua atividade teve uma queda considerável de vendas e conseqüentemente de lucros. União dos Palmares se baseia economicamente em recursos oriundos do governo do estado. Entendeu-se que no ano de 2014 foram recebidos 84% dos impostos de ICMS; assim esse valor deveria ter crescido proporcionalmente ao aumento populacional que foi de cerca de 3 mil pessoas.

A cidade recebeu em 2015, R\$ 6.679.201,91 em repasses do governo do estado. Desse montante, 84% foi de ICMS e, assim, o total fica centralizado quase que exclusivamente nesse imposto que é absolvido toda vez que há circulação de mercadoria, seja ela internamente ou externamente. A tendência natural das cidades é um crescimento linear, relacionado ao crescimento de sua população, porém não ocorreu esse fato neste município (tabela 1).

Tabela 1– ICMS da cidade de União dos Palmares 2011-2014.

Ano	Valor (R\$ 1,00)	Habitantes
2014	5.612.307,44	65.764
2012	5.582.149,55	62.923
2011	5.257.369,41	62.358

Fonte: SEFAZ- AL

Com o aumento da população, o aumento do ICMS deveria ser algo natural, fato que se deu de forma muito pequena de acordo com as previsões de mercado que deveria superar os R\$6.000.000,00(seis milhões de reais (SEFAZ), que deixou o município em crise a mercê da sorte e dos poucos comerciantes que ainda tentam se manter. É de suma importância ressaltar que a pesquisa foi realizada em diferentes tipos de comércio e que todos os ramos foram afetados com a falência da usina, pois desde as atividades voltadas a vestuários, até às áreas que comercializam alimentos também tiveram queda.

Em entrevista cedida a pesquisa, constatou-se que, os comerciantes palmarino atribui a culpa pela crise instalada no município ao Grupo João Lyra. As principais reclamações dos comerciantes da cidade são relacionadas a questões políticas, como foi revelado por um comerciante da cidade:

O seu João Lyra perdeu o gosto pela cidade, quando perdeu a eleição de 2006, ele pensava que os trabalhadores amavam ele, mas na verdade só trabalhavam para ele. (Senhor M. S. S. Entrevistado comerciante Pesquisa de campo, 2015).

Na fala do entrevistado fica evidente o principal motivo da falência da usina e, ainda segundo os comerciantes, foi destacado outros motivos como: falta de lucro da cana-de-açúcar, falta de compromisso dos funcionários, queda de preço no mercado, questões administrativas e questões políticas. A eleição de 2006, segundo dados da pesquisa de campo, foi um marco negativo para o grupo João Lyra, pois o dono do grupo, o então deputado federal, perdeu a eleição de governador para outro usineiro, Teotônio Vilela Filho (dono da Usina Seresta). Neste pleito eleitoral as usinas ligadas à família Lyra (Agroindustrial Laginha e Usina Caeté S/A) fizeram doações no valor de cerca de R\$ 2.000.000,00, para o candidato a governador João Lyra, Vieira (2011). Com a falência da Usina, o prestígio que o seu dono possuía com os comerciantes da cidade entrou em declínio, pois ele era tido como um herói para o comércio, já que gerava boa parte do capital que circulava na cidade e isso era tido como um favor para a população palmarina que não tinha instrução suficiente para trabalhar em outra área do mercado de trabalho local.

A economia de União dos Palmares é baseada na área de serviços. Deste modo, é essencial que haja fontes de renda fixa para movê-la, já que esta deveria ser diversificada para não existir tanta dependência como foi durante o período em que o município sobreviveu às custas da cultura canavieira. Como a economia urbana era voltada principalmente para a área de serviços, o comércio é o principal afetado com o fechamento da Usina Laginha, pois tinha sua atenção voltada principalmente para o pagamento da quinzenal da usina. Com o fechamento da usina, a renda e o fluxo de movimento foram reduzidos de forma drástica, como afirma o comerciante J. M. S. do setor informal:

Depois que a usina fechou meu filho, eu não sei nem o que eu tô fazendo aqui mais na feira, tem dia que a gente bota a banca e não vende nada e nos outros que vende mal dar para pagar o nosso gasto com transporte e alimentação. (Senhor J. M. S. Entrevistado Comerciante. Pesquisa de campo 2015).

Boa parte dos comerciantes da cidade compartilham da mesma rotina do entrevistado, onde diariamente não obtém venda alguma seja do setor informal (feira livre) ou as do setor formal (lojas) onde o lucro foi reduzido a quase zero. Como forma de manter a vida, o comércio palmarino ainda consegue se manter, porém sem mais as perspectivas do passado, quando muitos comerciantes da cidade se tornaram grandes empresários e conseguiram sua autonomia financeira. Outro ponto que deve ser analisado é a inadimplência dos funcionários da usina. Em entrevista cedida a pesquisa, o comerciante do ramo de alimentos afirma:

Depois do fechamento da usina eu perdi uns 10 mil reais em fiado dos trabalhadores que não puderam pagar, nos primeiros meses que ela não pagava eu ainda vendi, por que sabia que um dia iria receber, só que depois de quatro meses sem receber nada dos funcionários eu tive que parar de vender a eles, só que com uma dor no coração por que sei que não foi culpa deles. (Senhor J.M.A.C. comerciante entrevistado, pesquisa de campo 2015).

Esse depoimento prova a situação que o comércio palmarino se enquadra depois da falência da Laginha. Com muitos comerciantes praticamente falidos e sem condições de se manter no mercado, o que resta é tentar se sustentar com o pouco que restou da sua atividade comercial ou alugar o ponto comercial para entrar algum dinheiro (Figuras 3a, 3b, 3c, 3d).



Figuras 3a, 3b, 3c, 3d: Casas e pontos comerciais com placa de aluguel e venda

Fonte: Silva e Silva (2015).

Verificou-se, durante a pesquisa, a quantidade de pessoas que foram embora da cidade devido ao fechamento da Usina Laginha; fato este que foi comprovado em entrevista realizada com a Senhora M. R. S, moradora da cidade com 68 anos de idade, que revela:

Vocês não têm nem ideia da quantidade de pessoas que eu conheço que botou placa de venda na casa pra ir embora, a verdade é que União já deu o que tinha de dar. (Senhora (a) M. S. S entrevistada residente de União dos Palmares. (Pesquisa de campo 2015).

Entendeu-se que, o comércio foi um setor muito afetado. Segundo Ivo (2014), em 2011, 9.458 moradores da cidade possuíam vínculo empregatício em especial para os setores da Indústria e serviço que juntos somam mais de 50% dos empregos totais. Entre os 2011 a 2013 a cidade perdeu 32% dos empregados totais em todos os setores. A indústria, que era impulsionada pela Usina Laginha, quando fechou demitiu a maioria dos seus trabalhadores e, contabilizou mais da metade dos trabalhadores demitidos entre nesse período e também, para os serviços que giravam em torno do pagamento da usina foram extintos quase 1000 postos de trabalho na cidade.

3.2 Atual situação dos ex-trabalhadores da usina após o fechamento da mesma

Como é de grande característica da monocultura de cana-de-açúcar no Nordeste, a lavoura que reina unicamente tem como marca não deixar outra cultura ali se instalar e, em União dos Palmares, não foi diferente, durante os 79 anos em que a usina funcionou. Nunca se teve a preocupação com formas de sobrevivência sem ela.

Entendeu-se que a produção de cana-de-açúcar reinava na produção agrícola do município, já que a quantidade produzida da cultura era superior à soma de todos os outros produtos que eram cultivados pela agricultura familiar, sendo esta, trinta vezes inferior às produções de cana-de-açúcar. Como efeito da ruptura da exploração da cana-de-açúcar veio a crise que assola o município, pois a dependência era gritante. Segundo Nosso Jornal (2005), a Usina Laginha na safra de 2005/2006 chegou à marca de 5.800 empregados e quase todos esses funcionários eram oriundos da cidade de União dos Palmares e grande partes desses trabalhadores sobreviviam unicamente do seu trabalho de força nos canaviais. Após a falência, os trabalhadores foram demitidos e ficaram a mercê da sorte, pois, além de ficarem vários meses sem receber os salários atrasados, ainda não receberam seus direitos trabalhistas. Como afirma Ivo (2014), “Do ponto de vista do trabalho o que se vê é a crise causando atrasos salariais, descumprimento de leis trabalhistas, como recolhimento de FGTS e também

previdenciários, como a contribuição social”. Em entrevista de campo cedida a pesquisa o entrevistado J. L. S. revelou:

Conheço muita gente que foi embora por conta do fechamento da Usina Laginha, a verdade é que a justiça para ele não voga. (Senhor J. L. S. Entrevistado ex. trabalhador da usina. Pesquisa de campo 2015).

Todos os trabalhadores da usina saíram de seus locais de trabalho sem direito ao que a lei vigente no país lhe abona, como fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), foi o caso do entrevistado J. L. S, que afirmou ter trabalhado 35 anos na usina e saiu sem receber seus direitos, fato com esse é comum para os ex-trabalhadores da usina, como outro entrevistado respondeu:

Rapaz eu trabalhei sete anos na Usina como vigilante e me botaram para fora e até agora estar na justiça e não recebi nada, eu tenho contas avaliadas em 12 mil reais. (Senhor G. C. S. Entrevistado ex-trabalhador da usina. Pesquisa de campo 2015).

Desta maneira, foi notado que os trabalhadores construíam uma ligação duradora e extremamente forte com a produção de cana-de-açúcar neste estado e com as usinas para as quais prestavam serviços, assim como destaca Santos (2011. p.85):

Sobre o tempo de atividade laboral exercido no corte de cana, 73% dos canavieiros, cortam cana entre 6 a 30 anos do tempo total de sua vida. O que significa, dentro da faixa etária predominante dos canavieiros alagoanos, entre 26 a 45 anos, que eles passaram a maior parte de sua vida trabalhando nessa atividade³ e iniciaram, em muitos casos, ainda criança.

Sendo assim ficavam durante um longo período trabalhando para os usineiros e lhe dando o lucro do qual eles usufruíam durante séculos de exploração. Portanto, ficavam totalmente presos ao canavial e como eles não tiveram seus direitos devidamente pagos, foi criada uma revolta contra o dono da usina. Ainda sobre os direitos trabalhistas e fundamentais, Garcia (2007, p.49), afirma:

Importantes direitos trabalhistas, diretamente relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho fazem parte dos direitos sociais, os quais também figuram como direitos humanos fundamentais, normalmente conhecidos como de segunda geração ou dimensão.

Observou-se que os trabalhadores não receberem seus direitos deixou todos extremamente revoltados e com uma mágoa muito grande com o empresário João Lyra. Assim, 90% dos ex-trabalhadores atribuem a culpa pelo fechamento da usina ao Grupo João Lyra. Percebeu-se que apenas 10% dos funcionários atribuiu o fechamento aos governantes em geral, atribuindo as questões políticas e, a não eleição de João Lyra, pois a partir desse momento ele deixou de comparecer á usina, deixando-a nas mãos de outros funcionários, como relata o entrevistado:

Depois que ele perdeu a eleição de 2006 para o governo ele deixou a usina de mão, pois para ele perdeu o gosto pelo que ele tanto ajudou e não votaram nele. (Senhor V. L. S. Entrevistado morador da Usina Laginha, Pesquisa de Campo 2015).

Com essa crise instalada nos últimos anos nas empresas do grupo João Lyra, os envolvidos sofreram consequências, como relata o entrevistado V. L. S. que perdeu seu emprego na parte administrativa da usina e passou a sobreviver apenas de recursos oriundos de programas sociais (Bolsa Família). Casos como esse são comuns, entre os ex-

trabalhadores que ainda permanecem na cidade e que sobrevivem apenas dessa “ajuda” do governo. Ao verificar o grau de escolaridade dos ex-trabalhadores é perceptível que todos os trabalhadores sentiram falta do emprego (exploração) pela qual eles eram submetidos. Para ilustrar, considera as palavras de Marx (2004, p.82).

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador, produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador.

A maioria dos trabalhadores não possuía instrução necessária para realizar outras atividades “técnicas” na agricultura ou em outras áreas. Estavam fadados a viver nessa rotina de exploração onde apenas trabalharam para enriquecer seu patrão de forma clara e sem cortinas que escondam essa triste realidade. Esse fato de prisão do cortador de cana a usina está totalmente ligado a grau de escolaridade, que na maioria das vezes, é a baixo. É destacável a situação instrutiva dos ex-trabalhadores, onde apenas 5% têm além do ensino fundamental completo e 95 % estão enquadrados nas outras faixas de nível de educação inferior a esse e, assim, os trabalhadores ficam refém da usina durante um período longo da vida profissional. Destarte, seria necessária uma mudança radical na escolaridade dos sujeitos estudados, onde lhes deveriam ser asseguradas um mínimo de estudo capaz de atender as exigências do mercado de trabalho. Prestes (2001, p.85) relata:

Uma sociedade moderna deve oferecer a todos a oportunidade de progredir e maturar-se. Esta oportunidade é refletida no sistema educacional do país, ou no modo como ele encara os problemas mais importantes do homem moderno, tais como emprego, treinamento técnico, condições reais de amparo à saúde, nutrição e habitação.

Com a baixa escolaridade entre os trabalhadores rurais que são reflexos da monocultura da cana, esse cenário não apresenta mudanças fundamentais, assim que os trabalhadores rurais da Laginha se viram sem a usina como fonte única de renda. Os problemas da falta de educação começam a aparecer, pois até antes do fechamento da usina esses problemas existiam, mas eram camuflados pelo fato de boa parcela da população sobreviver à custa do seu trabalho na lavoura de cana.

Como reflexo da crise, todos entrevistados relataram que a situação financeira da família teve uma grande queda após a falência da usina, pois mesmo aqueles que não dependiam exclusivamente dela sentiram os impactos econômicos desde o pequeno vendedor de alimentos na feira livre até o maior empresário do ramo alimentício, já que todos se baseavam financeiramente no comércio que era mantido boa parte pelos funcionários da usina.

3.3 Alternativas encontradas pelo e comércio e trabalhadores para superar a crise

Todos os seres humanos vivem em um processo de adaptação, seja no meio onde vive ou dentro das relações sociais. Nas questões econômicas o processo é o mesmo. Observou-se que, em 2013, a Usina Laginha parou de moer, o comércio e os trabalhadores tiveram que encontrar outras formas de se manter. Mostrou-se como os comerciantes de vários setores da cidade enfrentaram a crise. Na entrevista, uma comerciante do ramo de alimento e do setor informal declarou que o seu lucro diminuiu 40% no período entre os anos 2013 e 2015. Para não fechar o comércio, os comerciantes palmarinos optou em reduzir a quantidade de funcionários. Desta maneira Lazarini (2014) destaca:

Em pelo menos dois anos, o setor de açúcar e etanol perdeu cerca de 60 mil empregos. Conforme a candidata são 70 mil fazendas no país que dependem das usinas e se fecharem geram desemprego no campo. “Infelizmente hoje as

usinas estão pagando alto preço, não conseguem melhorar o salário de vocês e contratar mais gente porque a política nacional do etanol não permite que elas sobrevivam.

A pesquisa mostrou também que, entre as alternativas dos trabalhadores foi ir em busca de trabalho nos canaviais em outros estados do país. Em entrevista cedida a pesquisa o trabalhador J. S. M, revela:

Eu trabalhei nessa usina 14 anos e meu pai 35 eu morei 31 anos aqui, foi meu primeiro emprego e eu pensava que ia ser último, não pensava nunca que ia fechar, o homem (João Lyra) é muito rico. Nunca pensei em estudar por que sabia que meu futuro era só no corte. Quando fechou eu tive que ir embora cortar cana em outro canto porque é a única coisa que eu sei fazer, eu vim agora em março só buscar a mulher e os meninos e espero nunca mais volta pra União. (Senhor J. S. M. ex-trabalhador da usina. Pesquisa de campo. 2015).

Percebeu-se que, com esse acontecimento, houve uma saída de 60% dos trabalhadores da usina que é equivalente a 2.1000 trabalhadores. Esses trabalhadores realizavam suas atividades financeiras na cidade, com a saída provocou diminuição nas vendas no comércio palmarino. Para ilustrar, considere as palavras de Ferreira (1992, p. 19 apud CARMO, 2012, p.01).

A população não migra por um direito de liberdade de locomover-se na busca de algo melhor ou por livre opção de escolha de moradia. Ela se desloca porque é impelida, coagida por estruturas econômicas, políticas e sociais e ideologicamente injustas, que, privilegiando as classes dominantes, condenam milhões de famílias a um desenraizamento sem fim.

É interessante salientar que essa população que migrou em busca de melhoria de vida se deslocou para locais onde a produção de cana-de-açúcar ainda continua, mesmo com os problemas que o setor apresenta, como é o caso dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Goiás, para viverem mais um grande período de exploração pelos usineiros. O agricultor entrevistado revela:

Olhe meu filho, para falar a verdade a gente aqui só não tá passando fome porque temos o aposento, por que depois que a Usina Laginha parou de moer a gene ficou sem comprador para toda a cana que tinha plantada e tivemos que vender a Serra Grande tudo a um preço que não paga nem os gastos para plantar. (Senhor M. A. S. Entrevistado ex. trabalhador da usina. Pesquisa de campo 2015).

Esse depoimento mostra o quanto os comerciantes e pequenos produtores de cana-de-açúcar eram dependentes da usina, a produção do município se baseava na monocultura da cana-de-açúcar, que é uma marca desse cultivo que sempre visa a centralização de toda a atenção econômica e social de uma região. Outro fato que merece destaque na fala do pequeno produtor da cidade de União dos Palmares é como ele negociou sua produção que deixou de ser única para a Usina Laginha e passando para a negociação com a Usina Serra Grande na cidade de São José da Laje, fazendo com que o lucro caísse, e muitas vezes até desaparecesse.

4. Conclusões

Considerando que, para se entender a atual conjuntura socioeconômica existente no município de União dos Palmares, foi necessária a compreensão de diversos fatores que contribuíram para tal situação. Panorama este que reestruturou a vida dos trabalhadores rurais da Usina Laginha e do comércio palmarino. Desta feita, acredita-se que a pesquisa propiciou uma abrangência no que se refere aos problemas encontrados em lócus, a fim de entender verdadeiramente de que forma os sujeitos pesquisados sentiram os impactos socioeconômicos causados com a falência da usina supracitada.

Em União dos Palmares, especialmente na Usina Laginha, não foi visto nenhum esforço para que fosse evitado o fechamento desta indústria, seja ele, municipal, estadual ou federal, tendo em vista que atualmente existe receio por parte dos entes federados e dos bancos; sejam eles estatais ou privados, nacionais ou internacionais, em fazer empréstimos ao proprietário do agroindustrial Laginha (João Lyra), devido aos calotes sofridos durante os últimos anos. Foi também constatado algo que era comum nas cidades em que a monocultura predomina, que é o processo de migração sazonal, na entressafra, principalmente; entretanto isso foi maciçamente crescente em virtude de haver uma crise instalada neste setor do estado de Alagoas.

Neste sentido, buscou-se compreender o que levou uma empresa de prestígio a entrar e levar consigo um município a uma situação caótica sem precedentes em toda história de União dos Palmares, causando desemprego a níveis altíssimos e levando pessoas a terem que ir embora da sua cidade natal para não passar necessidades.

O atual contexto socioeconômico palmarino encontra-se muitas adversidades, devido ao fechamento da Usina Laginha. Isso decorre porque os gestores municipais, tanto atuais, quanto os antecessores nunca se preocuparam em trazer para a cidade outras fontes de renda capazes de minimizar os efeitos catastróficos, no caso de uma falência inesperada desta empresa, e esta dependência causou graves malefícios para a economia e população da cidade. Questões como essas são verdadeiramente a materialização dos problemas que a monocultura pode causar quando cravejadas numa região, e no local da pesquisa não foi diferente, pois com o total funcionamento há condições de baixos salários, analfabetismo, jornada de trabalho extensa, entre outros; e com o fechamento inesperado surgem problemas piores, já que se trata de uma economia voltada para milhares de pessoas que dependem, muitas vezes, exclusivamente dessa economia.

Na pesquisa, percebeu-se que os impactos socioeconômicos foram verdadeiramente sentidos pelos ex-trabalhadores e comerciantes palmarinos com o fechamento da Usina Laginha. Desta forma, essa pesquisa fica como contribuição para trabalho similares do meio geográfico e das demais ciências humanas, o qual pode auxiliar na investigação e resolução dos problemas vividos pela sociedade contemporânea nessa área.

Referências bibliográficas

DIÉGUES JUNIOR, M. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2012.

FREYRE, G. **Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil**. 7ed. rev. – São Paulo: Global, 2004.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GARCIA, G. F. B. **Relações de trabalho no setor canavieiro na era do etanol e da bioenergia**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nº 30, 2007.

IBGE, **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=270930&search=alagoas|uni-ao-dos-palmares> Acesso em 15/03/2015

IVO, Jasiel. **A crise no setor sucroenergético de Alagoas. Maceió, 2014.**

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica. 7. Ed.** São Paulo: Atlas, 2010.

LAZARINI, H. **Em reunião com trabalhadores, Simone se compromete a defender setor sucroalcooleiro no Senado.** Disponível em: <http://www.msnoticias.com.br/editorias/politica/mato/grossosul/emreuniaocom/trabalhadores/simone/se/compromete/defender/setor/sucro/37141/>. Acesso em 07/05/2015.

LIMA, A. A. de. **Evolução da agroindústria Canaveira Alagoas no Século XX.** Maceió, 2014, EDUFAL.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política/Livro Primeiro, Tomo 1.** São Paulo: Nova Cultural, 1985. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

NOSSO JORNAL, **Usinas do grupo iniciam moagem em AL oferecendo 5800 novos empregos.** Setembro, 2005.

PRESTES, E. M.T.; MADEIRA, V. P. C. **Contexto Sócio-Político e Educação Popular: O caso da Cruzada ABC.** João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

SILVEIRA, M. L.; SANTOS, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 13ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANT'ANA, M. M. de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas.** Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos. Cepal, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. Ed. Ver. e atual- São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. J. C. **ANÁLISE ECONÔMICA RECENTE DAS CIDADES NORDESTINAS.** Maceió, 2013.

SANTOS, S. S. **O Cultivo da Cana-de-açúcar no Estado de Alagoas: uma análise comparativa dos efeitos da mecanização no estado de São Paulo.** Brasília, 2011

VIEIRA, T. de H. P. **Doce verde amargo: Traços da influência da cana-de-açúcar na sociedade alagoana;** 1ª ed. Brasília: Athalaia Solução digital, 2011.